

10

TESES PARA ABORDAR NOS DEBATES E NAS POLÍTICAS PARA UMA SOCIEDADE DO CUIDADO



No contexto da pandemia da COVID 19 e, com vistas à XV Conferência Regional sobre as Mulheres da CEPAL (Buenos Aires, 2022), a AFM realizou uma série de conversações internas para refletir criticamente sobre a urgência de respostas, através da implementação de políticas públicas, ao problema e à crise dos cuidados na América Latina e Caribe. Como resultado destas reflexões, foi identificado um conjunto de pelo menos 10 eixos críticos que aqui propomos como teses para acompanhar os debates e a concepção de políticas ou sistemas sobre cuidado, agora que a região, como um todo, se comprometeu a assegurar sociedades de cuidado que coloquem como central a sustentabilidade da vida e do planeta, rumo a um novo paradigma para a reexistência.

- 1. Frente à crise ambiental e de cuidados, o debate sobre estes devem estar fundamentados por uma proposta de sustentabilidade da vida.** A sustentabilidade da vida pressupõe a eco-dependência - o cuidado do planeta e do ambiente - e não apenas a reprodução social da vida humana. Neste sentido, as políticas sobre o cuidado desafiam tanto uma ética social e ecológica como uma ética da vida humana. Se trata, portanto, de posicionar o cuidado como parte de uma proposta de mudança sistêmica à partir de uma perspectiva feminista, que propõe um novo paradigma fora das coordenadas capitalistas, patriarcais, coloniais, racistas e heteronormativas. Um sistema descentrado dos mercados para fazer avançar o horizonte do cuidado como eixo de coexistência e justiça para um mundo melhor.

2. Os debates sobre cuidado não podem ser feitos sem considerar o tempo e a utilização do tempo como um eixo político e filosófico.

Não existem dois tempos na vida das pessoas que lhes permitam separar o tempo de trabalho - pago ou não - do tempo da vida. O tempo é um só e por isso a sobrecarga de cuidado para as mulheres implica que elas tenham menos tempo para o trabalho remunerado, mas também menos tempo para o próprio cuidado ou descanso. É impossível separar os debates sobre cuidado dos debates sobre trabalho não remunerado e dos efeitos que este tem sobre as mulheres quanto às oportunidades e perspectivas de entrada no mercado de trabalho com empregos formais e de qualidade. Ou frente a outras perspectivas e oportunidades - tais como cooperativismo ou produção familiar - que assegurem a proteção social. É também importante notar que, devido ao trabalho não remunerado, as oportunidades das mulheres para entrar no sistema educativo são também afetadas, gerando uma cadeia de prejuízos. É este trabalho não remunerado, no entanto, que sustenta ao mesmo tempo o trabalho realizado por todas as pessoas na sociedade.

3. A noção de cuidado é polissêmica e é um conceito em construção.

Isto significa que nem todas as ações que envolvem cuidado devem fazer parte das políticas ou sistemas do cuidado. Definir, para além dos termos coloquiais, aquilo que é cuidado, permite determinar o alcance das políticas e evitar que estas se esvaziem de conteúdo. Neste sentido, é fundamental estabelecer pelo menos se a noção de cuidado que usamos abrange o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, ou

ambos; o cuidado direto, o cuidado indireto e o de gestão - as tarefas administrativas necessárias como parte da gestão do cuidado direto - ou todas elas. Assim, por exemplo, existem políticas que são cruciais para o cuidado. No entanto, é essencial distinguir as políticas de saúde e educação já estabelecidas como políticas estatais, daquelas ações orientadas a gerar um sistema do cuidado. Para além desta complementaridade, ambos os setores, saúde e educação, têm a responsabilidade de contribuir com ações políticas para reduzir as cargas de cuidado nos agregados familiares, impedindo que se transfiram a eles os encargos derivados das tarefas próprias destes setores.

4. As desigualdades na América Latina e no Caribe se expressam em injustiças territoriais, e estas, no uso do espaço. O espaço e o tempo são dois vetores centrais que definem, nos distintos territórios, segundo as suas condições situadas - vilas, cidades e bairros - percursos que implicam tempo e custos monetários. Portanto, o atributo da proximidade é relevante para a localização das infraestruturas de cuidado - equipamentos e serviços - e central para a vida das pessoas que cuidam. O território deve ser considerado uma variável significativa para ter em conta a sobrecarga de trabalho de prestadoras de cuidados. É necessário planejar cidades e bairros, dando centralidade a pessoas diversas e às suas necessidades, o que desafia o urbanismo hegemônico e extrativista. O urbanismo feminista pensa a cidade à partir da diversidade dos sujeitos que a habitam, questionando a neutralidade das políticas androcêntricas e colocando o coletivo acima do

suporte físico necessário à vida cotidiana das pessoas.

5. O cuidado e os encargos que estes impõem às mulheres, variam de acordo com diferentes sistemas de exploração e opressão - capitalista, patriarcal, racista, heteronormativo -.Nos encontramos frente a uma encruzilhada ecopolítica que impõe uma mudança nos sistemas de produção, reprodução e consumo. Este enfoque nos permite recuperar a transformação cotidiana das nossas formas de estar no mundo, de nos relacionarmos uns com os outros e com a natureza.

6. El cuidado y las cargas que este genera sobre las mujeres, varía según distintos sistemas de explotación y opresión - Tal como sucede com as desigualdades de carácter estrutural - neste caso a injusta organização social do cuidado que recai sobre os ombros das mulheres - não é possível pensar em políticas sem rever a situação das mulheres de acordo com as suas experiências de vida interseccionadas por múltiplos sistemas de opressão: raça, identidade de gênero, identidade sexual, classe, nível socioeconômico, idade, entre outros. Estas intersecções determinam não só a carga de cuidado mas também os preconceitos e estereótipos construídos sobre o cuidado: a quem corresponde, quem o realiza, com que intensidade, etc. Do mesmo modo, a posição socioeconômica determina a situação das pessoas nos sistemas de produção, impactando o seu acesso e usufruto dos recursos materiais, sociais e culturais.

7. Uma política feminista do cuidado deve questionar o lugar atribuído às mulheres na sociedade patriarcal e neoliberal. Deve orientar-se para a desfeminização, a desheteronormalização e desmercantilização, garantindo a co-responsabilidade coletiva pelo cuidado. Isto não significa ignorar o papel das mulheres na sustentação da vida, da memória coletiva e da construção de redes comunitárias. Pelo contrário, é reconhecer o valor aos cuidados partilhados entre as pessoas, na esfera privada e nas comunidades.

8. Os cuidados comunitários são uma forma de participação cidadã. O trabalho de cuidado não remunerado se expressa também em iniciativas comunitárias que fazem parte do ativismo social e das estratégias de sobrevivência dos setores populares - para os quais as mulheres tanto contribuem - que expressam as múltiplas formas de solidariedade social. As necessidades de cuidado interpelam a setorialidade das políticas estatais e salientam a ausência ou insuficiência da resposta do Estado para a sustentabilidade da vida. Neste sentido, é essencial amplificar os debates e reflexões em torno às experiências de cuidado compartilhadas por ativistas, coletivos e comunidades, que também evidenciam uma dimensão afetiva, cooperativa, colaborativa, criativa e solidária no mundo do cuidado.

9. As cuidadoras no centro das políticas. Reconhecer o papel das cuidadoras, valorizar seus trabalhos e colocar o cuidado com as cuidadoras no centro das políticas do cuidado é fundamental. Porque elas são as que suportam a

sobrecarga destas tarefas, vindo as suas vidas afetadas em dimensões que vão desde a dificuldade de construir a sua própria autonomia econômica até a falta de tempo para qualquer outra atividade social, política ou cultural. Porque estamos perante uma crise do cuidado que se expressa no envelhecimento da população, o que pressupõe uma maior demanda de cuidados. E, finalmente, porque o trabalho do cuidado é um trabalho socialmente desprotegido, que se realiza sem limites de horário nem de carga de trabalho, às custas dos riscos que assumem as cuidadoras.

10. Não há política do cuidado sem mudança cultural.

Para transformar a injusta divisão sexual do trabalho que sustenta as nossas economias e a reprodução da vida, é necessário uma mudança cultural nas relações sociais entre mulheres e homens e também entre gerações, para que o cuidado se torne parte do universo de todos os seres humanos na sociedade. É esta mudança que tornará possível usufruir do direito ao cuidado. É essencial, portanto, compreender o contínuo da vida produtiva e reprodutiva; esta é a grande revolução que demanda a sociedade do cuidado.